

O GÊNERO DA VIOLÊNCIA

CONTRIBUIÇÕES ANALÍTICAS EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS

Rochele Fellini Fachinetto
Rosimeri Aquino da Silva
Fernando Seffner
(Organizadores)

Copyright © Dos Autores, 2022.
1º edição - 2022

REVISÃO E PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS: Mauro Meirelles
NORMATIZAÇÃO: Mauro Meirelles
EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: Mauro Meirelles
CAPA: Luciana Hoppe
TIRAGEM: 300 exemplares impressos.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

G326 O gênero da violência: contribuições analíticas em contextos contemporâneos /
Rochele Fellini Fachineto, Rosimeri Aquino da Silva, Fernando Seffner,
organizadores; Prefácio Cecília MacDowell Santos. – 1.ed. – Porto Alegre:
CirKula, 2022.
222 p.: il.

ISBN: 978-65-89312-57-4

1. Violência de gênero. 2. Violência – Pessoas LGBTQIA+. 3. Criminalização
– LGBTfobia. 4. Gênero – Sexualidades – Espaço prisional. 5. Criminalização –
Femicídio. 6. Violência – Mulheres negras. 7. Violência estrutural – Escola. 8.
Violências – Gênero – Sexualidades. I. Fachineto, Rochele Fellini. II. Silva,
Rosimeri Aquino da. III. Seffner, Fernando. IV. Santos, Cecília MacDowell.

CDU: 305

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula
Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim
Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190
e-mail: editora@circula.com.br
Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPQ através da Chamada CNPq/
MCTI N.º 01/2016 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.
Processo n.º 421680/2016-4.

**Este livro foi submetido a revisão por pares, conforme
exige as regras do Qualis Livros da CAPES.**

O GÊNERO DA VIOLÊNCIA

CONTRIBUIÇÕES ANALÍTICAS EM

CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS

Rochele Fellini Fachinetto
Rosimeri Aquino da Silva
Fernando Seffner
(Organizadores)



cirkula

2022

MARIELLE FRANCO, ABJEÇÃO E VULNERABILIDADE COMPARTILHADA

Rosimeri Aquino da Silva
Jenniffer Simpson dos Santos

Como escrever a história daquilo que não deveria ter sido possível?
Judith Butler (2002, p. 165)

Introdução

Uma incômoda presença? Um corpo diferente? Alguém que ameaça? Quem se sente ameaçado? Alguém a ser expurgado porque sua presença é intolerável? No que sua existência se difere de outras? Talvez pareça demasiado para alguns, nos dias atuais, a afirmação de que corpos negros já tiveram e ainda têm sua humanidade questionada, assim como corpos de mulheres, de pessoas pobres, de pessoas LGBTQI+. Afinal, tantos avanços foram possíveis, o mundo é outro, segundo diversos “discursos eficazes” que insistem na afirmação de que as denúncias e reivindicações dos grupos minoritários são resultantes de posturas de auto-vitimização.

A vereadora carioca Marielle Franco ficou conhecida pela militância que exercia em prol da defesa dos Direitos Humanos extensivos às minorias compostas especialmente por grupos de maior vulnerabilidade, visto a reconhecida incipiência e mesmo a ausência de políticas protetivas que a elas são destinadas. Ela foi eleita para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro com mais de quarenta mil votos nas eleições de 2016. Apresentava-se como uma mulher negra, lésbica, mãe solteira e “cria da Maré”, um complexo de favelas, localizado na zona norte da capital fluminense, local onde nasceu e foi criada. Era formada em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) e fez Mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a Dissertação intitulada “UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de

Janeiro” (FRANCO, 2014; 2018), que foi publicada no ano sua morte; era mãe de uma menina e vivia com a arquiteta Monica Benício, sua companheira há mais de uma década.

Em março de 2018, Marielle Franco foi assassinada juntamente com Anderson Gomes, o motorista do veículo em que se encontravam. As execuções aconteceram minutos após a participação dela em um evento na Casa das Pretas¹, uma instituição criada por mulheres negras, voltada para ações com vistas ao combate às desigualdades de gênero e de pobreza que historicamente as submetem. Artigos acadêmicos de diversas áreas do conhecimento foram produzidos sobre Marielle Franco², neles destacam-se abordagens sobre a presença de mulheres no campo político brasileiro, lutas pelos Direitos Humanos, violência policial, racismo, patriarcado, relações de gênero e de sexualidade.

Os empreendimentos de destruição da reputação da vereadora carioca, através da veiculação de notícias sem comprovação sobre os que seriam “reais” motivos de sua morte, assim como sobre sua vida pregressa, constituíram objeto de várias análises não restritas às reflexões acadêmicas. O departamento jurídico do seu partido (PSOL), seus familiares e outras pessoas voluntárias se uniram na missão de identificação e combate às notícias falsas amplamente divulgadas sobre a vereadora, logo após a sua morte. Foi criado um site³, onde são enumeradas e desmentidas as mais veiculadas: “Marielle era ex-mulher do traficante Marcinho VP e engravidou dele aos 16 anos”; “Marielle foi eleita pelo Comando Vermelho”; “Marielle era usuária de maconha”; “Marielle defendia bandidos” etc. Engendra-se, nesse âmbito, um espaço de discussões sobre a emergência das denominadas *fakes news*, sobre os já reconhecidos discursos de ódio, sobre as disputas em torno das narrativas de análise desse acontecimento. Na avaliação de Lopez (2019, p. 18), a “ativista crítica à intervenção federal no estado e à Polícia Militar, teve sua história e narrativa sequestradas pelo fenômeno das *fake news*. Me-

1 Para saber mais, ver: <https://www.facebook.com/CasaDasPretas1>; <https://benfeitoria.com/casadaspretas>. Acesso em 5 Nov. 2020.

2 Apenas para citar algumas dessas publicações: Re-vista Dignidade da PUC do Rio de Janeiro na sua 7ª Edição, v. 4 n. 7 (2019): O Legado de Marielle Franco reúne alguns desses artigos. Ver: <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/dignidaderevista/issue/view/44>. Acesso em 11 Nov. 2020.

3 Ver: <https://www.mariellefranco.com.br/averdade> Acesso em 2 Nov. 2020.

diante a articulação de estereótipos que permeiam o imaginário social, teve sua imagem e legado descredibilizados”.

O assassinato de Marielle Franco repercutiu de forma homogênea em grupos sociais tradicionalmente minoritários, apesar das constantes fragmentações que os vêm constituindo, visto a especificidade de suas pautas. Ou seja, é possível compreender a formação de um solo comum nesses grupos no qual eclodiram discursos de reivindicação a justiça e a não-violência: grupos feministas de diversas abordagens, grupos antirracistas, coletivos de movimentos negros, de jovens moradores de periferias, de LGBTQI+, de defesa aos Direitos Humanos etc.⁴.

Portanto, é possível pensar o acontecimento Marielle Franco a partir de três eixos de discussões. O primeiro consiste na noção de abjeção, nos termos de Judith Butler, com o propósito de analisar a aplicabilidade desse conceito para o entendimento de diferentes compreensões sobre o caso Marielle Franco. O segundo eixo trata sobre a vulnerabilidade compartilhada, no sentido de refletir como ela se tornou uma experiência coletiva no caso em análise. O terceiro, aponta para a noção do comum de Dardot e Laval, com vistas a compreensão do contexto que emergiu desse acontecimento. A hipótese é que nesse corpo estão muitos outros reunidos, os corpos das minorias, os corpos dos sujeitados, que encontraram um lugar comum, um símbolo para a expressão da dor e das múltiplas violências que historicamente lhes são impetradas. A violência lhes é comum, assim como a necessidade de a ela resistir. Desse modo, o propósito deste texto consiste em ampliar a compreensão do conceito de corpos abjetos, consubstanciado no acontecimento Marielle Franco, também analisamos as noções de vidas precárias, de vulnerabilidade compartilhada e interdependência em Judith Butler e analisarmos também a noção de comum em Dardot e Laval.

Corpos abjetos

Tornou-se acentuado o entendimento de que corpos tidos como abjetos podem causar repulsa e, mais do que isso, sentimentos de ódio e de intolerância que podem desencadear em múltiplas violências,

⁴ Ver: <https://www.frontlinedefenders.org/pt/statement-report/joint-oral-statement-international-ngos-killing-marielle-franco>. Acesso em 10 Nov. 2020.

desde usuais violências simbólicas até constrangimentos físicos. Mas que corpos são esses? Todos os que não se enquadram na performance heterossexual? Travestis, deficientes, esfarrapados? Questões como essas são abordadas em uma entrevista realizada a Judith Butler por Baukje Prins e Irene Costera Meijer em 1996 (2002, p. 160). Nessa entrevista, Baukje Prins e Irene Costera Meijer apontam contradições referentes ao conceito de corpos abjetos porque tais corpos não são inteligíveis, portanto, não conseguem se materializar, embora eles existam como poder excluído e disruptivo. Como algo que não consegue se materializar pode existir? Butler diz que as contradições são propositais na tentativa de invocar a existência impossível de corpos abjetos (BUTLER, 2002, p. 156). Para nós, a resposta de Butler não deu conta de explicar a existência de corpos destituídos de uma materialidade. Compreendemos que ela, por cuidado heurístico, evita citar exemplos de corpos abjetos porque a existência deles não estão catalogadas ou porque ainda estão por se dar. Entretanto, mesmo que a existência seja frágil e fugidia ela ainda se faz a partir de uma materialidade que a sustenta.

O que significa, então, ter um corpo abjeto? Ter sua própria humanidade questionada, ocupar a zona da exclusão, do apagamento, da recusa da articulação cultural. A construção do humano pelos discursos de poder que o definem resulta de “[...] uma operação diferencial que produz o mais ou menos humano, o inumano e o humanamente impensável” (BUTLER, 1999, p. 161). Ela explica que abjeção é uma espécie de repúdio, nojo, a algo que perturba e ameaça, cuja localização se daria em fronteiras inóspitas, embora circunscreva o seu oposto, ou seja, quem é considerado sujeito (BUTLER, 1999). Resume a autora:

Como se sabe, as tipologias são exatamente o modo pelo qual a abjeção é conferida: considere-se o lugar da tipologia dentro da patologização psiquiátrica. Entretanto, prevenindo qualquer mal-entendido antecipado: o abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante. Para dar uma ideia: a imprensa dos Estados Unidos regularmente apresenta as vidas dos não-ocidentais nesses termos. O empobrecimento é

outro candidato frequente, como o é o território daqueles identificados como casos psiquiátricos (Butler, 2002, p. 161-162).

É possível compreender, a partir do exposto acima, que a abjeção a Marielle Franco não está reduzida a sua homossexualidade. Certamente a abjeção a lesbianidade é concretamente vivida por muitas pessoas que assim se identificam. Entretanto, verifica-se que o corpo dela reunia outras formas de abjeção, nomeadamente: faveladas, mulheres negras e pessoas pobres. Os corpos dos moradores das favelas, corpos majoritariamente negros, são potencialmente marginalizados, associados ao crime, às pessoas perigosas, aos territórios problemáticos. Eles seriam corpos sujeitos e até merecedores, no âmbito da abjeção, da “ação forte da polícia”. Sobre esse aspecto, de acordo com a análise de Silva e Menezes (2019, p. 531), em decorrência do processo de criminalização dos moradores de favelas, cresceu o clamor por uma ação “dura”, que passou a dirigir-se não tanto a grupos sociais específicos, mas ao controle e segregação territorial de áreas urbanas tidas como perigosas. De forma pretensamente mais amena, lamenta-se a pobreza desses corpos e a possibilidade de alguns deles, pessoas honestas e trabalhadoras, “pessoas de bem”, e especialmente crianças sofrerem violências, sejam elas resultantes de incursões policiais ou de disputas entre bandidos rivais.

Se corroboramos com a tese de que o lugar da abjeção é constantemente produzido e o corpo abjeto é ocupado pelos discursos de poder, compreendemos, em parte, por que foi possível para alguns desses discursos tornar o corpo de Marielle Franco um corpo abjeto, um corpo cuja morte violenta não se deveria lamentar, uma vida não enlutável⁵. Talvez, uma resposta cabível se encontre na relação direta que se faz entre favelas e comércio de drogas, traficantes, guerra, tiroteios, homicídios, armas, corrupção, bandidos, extorsão etc. Marielle se referia orgulhosamente às suas origens, entretanto sobre elas pesam violências institucionais, preconceitos, discriminações, ódios e intolerâncias.

5 A desembargadora Marília Castro Neves do TJ-RJ afirmou em suas redes sociais que “a esquerda estava tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro”. Disponível em: <https://exame.com/brasil/desembargadora-marielle-foi-eleita-pelo-comando-vermelho/> Acesso em 20 Nov. 2020.

Vulnerabilidade compartilhada e interdependência

[...] sempre sentira que era muito, muito perigoso viver, por um só dia que fosse [...].

Virginia Woolf (1980, p. 13-14).

Viver é sempre viver uma vida que é vulnerável.

Judith Butler (2019, p. 52).

A **série** “Marielle – o documentário”⁶, do ano 2020, mostra a comunidade do complexo da Maré como a face visível da vulnerabilidade composta pelos **símbolos da pobreza**, com infraestrutura precária e como lugar de violência praticada inclusive por policiais. As más condições de vida, os corpos dos moradores dessa comunidade se assemelham em suas cores, em suas condições de vida. Em um tempo onde agendas neoliberais afirmam a necessidade de políticas de austeridade e de um Estado menor, essas seriam vidas verdadeiramente vulneráveis, onde a mais visível presença do Estado e, em alguns casos, a única, é constituída por forças policiais fortemente armadas. Para Butler, a vulnerabilidade não é uma condição que se adquire, a vulnerabilidade nasce junto com o projeto de sujeito, diz a autora: “Nós não nascemos primeiro e em seguida nos tornamos precários; a precariedade é coincidente com o próprio nascimento (o nascimento é, por definição, precário)” (BUTLER, 2019, p. 32). Essa afirmação de Butler nos convida a pensar sobre uma comum condição de todas as pessoas, todos somos vulneráveis, muito embora sobre algumas pessoas ela se manifeste de maneira desigual. Para Butler (2019, p. 53), a precariedade compartilhada significa que “o corpo é constitutivamente social e interdependente”. Dada tal precariedade constitutiva, uma vida para se tornar vivível necessita de apoio e condições para minimizar a precariedade.

Recuperamos algumas falas de Marielle presentes no referido documentário: “Eu sou negra, pobre, cria da Maré e LGBT”. Ela destaca a importância do pré-vestibular comunitário que a permitiu estudar e conquistar uma bolsa de estudos para cursar Ciências Sociais e o Mes-

⁶ *Marielle - O Documentário* é uma série documental produzida pelo Globoplay, lançada em março de 2020. Ver: https://tvpediaibrasil.fandom.com/pt-br/wiki/Marielle_-_O_Document%C3%A1rio Acesso 10 Nov. 2020.

trado em Administração Pública. Em outro momento do documentário, Marielle repete a mesma ideia da frase em contexto diferente. Ela percebeu que havia uma ontologia negada, as ontologias racializadas, e com essa negação a cidadania também era suprimida.

A precariedade atravessa as identidades, muito embora existam importantes diferenças entre suas pautas e histórias. Butler alerta:

O foco deveria recair menos nas políticas identitárias, ou nos tipos e interesses e crenças formulados com base em pretensões identitárias, e mais na precariedade e em suas distribuições diferenciais, na expectativa de que possam se formar novas coligações capazes de superar os tipos de impasses liberais (BUTLER, 2019, p. 55).

Obviamente não se quer defender o fim das políticas identitárias. Muito pelo contrário, tais políticas possuem uma história e uma urgência incontestáveis. Entretanto, não basta fixar-se no solo pretensamente estável das identidades, uma vez que isso não é possível dado o atravessamento de várias identidades ao mesmo tempo. Compreendemos que uma identidade pode ser mais identificável do que outras e, por isso mesmo, mais segregada e estigmatizada, necessitando de políticas específicas para tratar de suas demandas. Contudo, é importante destacar que essa demanda específica não é uma preocupação restrita a uma identidade, ela deveria ser uma preocupação de toda gente, uma preocupação coletiva. Isto porque estamos todos interligados e, mais do que isso, somos interdependentes. Logo um bem-estar pessoal depende necessariamente da vida vivível da outridade.

Contudo, não basta saber que uma vida é precária e interdependente. Por que não há comoção diante da precariedade do outro? Por que ficamos indiferentes? Ou, como diz Butler, por que não choramos a morte de determinadas pessoas? Escrevemos este texto durante a pandemia da COVID-19, na realidade brasileira que marca hoje, dia 02 de dezembro de 2020, 174.515,00 óbitos⁷. E podemos realizar essas mesmas questões para pensar a pandemia. Uma das primeiras afetações que nos causa ao trazermos esse número para cá é o espanto, acompanhado de uma profunda dor, dado o número elevado de mortes. E

⁷ Dados obtidos no site do Ministério da Saúde do Brasil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 2 Dez. 2020.

porque sabemos que muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas. A realidade da pandemia atualiza a urgência da discussão sobre a política do comum e sobre a vida como um bem comum.

Trata-se de uma discussão ética na medida em que se pergunta pela responsabilidade que temos com os outros e pelo alcance e critérios dessa responsabilidade. Seguimos pensando com Butler:

Talvez essa responsabilidade só possa começar a ser internalizada por meio de uma reflexão crítica a respeito das normas excludentes de acordo com as quais são constituídos os campos da possibilidade do reconhecimento, campos que são implicitamente invocados quando, por um reflexo cultural, lamentamos a perda de determinadas vidas e reagimos com frieza diante da morte de outras (BUTLER, 2019, p. 62).

Mais uma vez nos deparamos com a necessidade de saber quem é esse “nós” da vulnerabilidade compartilhada. Butler apresenta algumas formas para abordarmos esse problema. Primeiramente, ela diz que a capacidade de comoção está limitada pela forma com a qual interpretamos um acontecimento. Os enquadramentos com suas representações dados a um determinado acontecimento podem restringir a nossa percepção e a nossa forma de reação.

A trajetória de Marielle Franco nos reforça o vigor da luta e contribui para construir pontes entre diversas lutas como Audre Lorde (2015, p. 3) também nos alertou, dizendo: “Não nos escondamos detrás das falsas separações que nos impuseram e que tão seguidamente as aceitamos como nossas”. Nos termos de Butler, todos os corpos dependem de outros seres para viver, por muitas vezes, desconhecidos, as vidas estão implicadas.

No livro “Relatar a si mesmo: crítica da violência ética”, Butler (2015) problematiza a formação do sujeito para compreender como se dá uma resposta ética a partir de uma teoria da responsabilidade. A autora faz uso de Lévinas, Laplanche, Adorno, Foucault, Nietzsche e Hegel para discutir os diversos modos como o sujeito se forma. Ela defende que o sujeito não se constitui de maneira solipsista, ou seja, o sujeito é incapaz de parir a si mesmo e manter-se vivo isoladamente. A partir disso, Butler defende que uma vida necessita imprescindível-

mente de outras vidas para continuar existindo e, mais ainda, para se converter em uma vida vivível. Nesse sentido, a responsabilidade ética também não é um ato isolado, ou seja, a responsabilidade não é um valor absoluto, ela é relacional e coletiva porque somos interdependentes e potencialmente vulneráveis. Portanto, a vida não tem um valor absoluto, ela precisa do reconhecimento para permanecer viva. Por isso, Butler fala que o que importa não é como somos feitos pelo outro e sim como somos desfeitos pela alteridade, na medida em que somos seres inacabados porque para permanecermos vivos contamos com aquilo que desconhecemos e, por isso mesmo, somos interdependentes. Podemos mencionar, como exemplo, a vasta rede que sustenta o isolamento social de quem pode ficar em quarentena. Nas palavras da autora:

Talvez seja ainda mais importante reconhecer que a ética requer que nos arrisquemos precisamente nos momentos de desconhecimento, quando aquilo que nos forma diverge do que está diante de nós, quando nossa disposição para nos desfazer em relação aos outros constitui nossa chance de nos tornarmos humanos. Sermos desfeitos pelo outro é uma necessidade primária, uma angústia, sem dúvida, mas também uma oportunidade de sermos interpelados, reivindicados, vinculados ao que não somos, mas também de sermos movidos, impelidos a agir, interpelarmos a nós mesmos em outro lugar e, assim, abandonarmos o “eu” autossuficiente como um tipo de posse (BUTLER, 2015, p. 170-171).

A partir dessas considerações, cabem os questionamentos: que relações podemos estabelecer entre a violência direcionada aos grupos mais vulneráveis da sociedade e o repertório neoliberal? Quais seriam as formas de resistência das vidas precárias à violência dos poderes instituídos?

Para Butler, há um entrelaçamento de todas as vidas. Com isso, a autora critica a autossuficiência e a hiper-individualização do sujeito neoliberal, que enfatiza a capacidade de ação e responsabilidade individual, chamando a atenção para a interdependência como condição fundamental de igualdade, como uma forma de habitar o comum interdependente que compartilhamos.

Wendy Brown (2019) nos lembra, na obra “As ruínas do neoliberalismo”, que o termo neoliberalismo foi criado em 1938 no Colóquio Walter Lippmann. Embora com quase um século desde suas primeiras

evocações, Brown afirma que não existe uma definição estabelecida para o termo. A tese de Brown é que a fase atual do neoliberalismo levou à ascensão da política antidemocrática a partir do dismantelamento da sociedade civil e da intensificação do neoconservadorismo na política, cujo propósito seria reconfigurar a nação como família e em empresa privada. Isso culminou no que Brown chama de “ruínas do neoliberalismo” materializada numa moral ressentida e em práticas niilistas que desacreditam na humanidade, se essa humanidade não pode ser moderna, eurocêntrica e heteronormativa. Como diz Brown (2019, p. 220): “Se os homens brancos não podem ser donos da democracia, então não haverá democracia nenhuma. Se os homens brancos não podem dominar o planeta então não haverá planeta”.

Nesse mesmo sentido, Marielle Franco, em um texto produzido em 2017 para o livro “Tem saída? Ensaio crítico sobre o Brasil”, ao analisar o processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, afirma:

De um lado a presidenta, mulher, vista por parcela significativa da população como de esquerda. De outro lado um homem, branco, visto por parcela expressiva como de direita e socialmente orgânico às classes dominantes. A conjuntura brasileira, determinada pelo cenário do golpe, marca-se, para além da correlação de forças políticas, favorável às classes dominantes e seus segmentos mais conservadores. Principalmente por alterações sociais significativas na esfera do poder do Estado e no imaginário. Trata-se de um período histórico no qual se ampliam várias desigualdades, principalmente as determinadas pelas retiradas de direitos e as que são produto da ampliação da discriminação e da criminalização de jovens pobres e das mulheres, sobretudo as negras e pobres (FRANCO, 2017, p. 89).

Qual seria o lugar de uma mulher como Marielle nos dias atuais? Ela carregava marcas evidentes da subalternidade e da colonialidade direcionadas às mulheres negras e pobres. Outras pessoas que não carregavam tais marcas e que, em alguma medida, viveram privilégios do colonialismo, do heteropatriarcado e do capitalismo, também sofreram efeito do neoliberalismo, traduzidos na leitura de Brown como ressentimento, fatalismo e niilismo, uma mistura tóxica que ataca de forma amedrontada o social, o político e o mercado. Seria por esse medo que

o neoliberalismo está em sua fase mais violenta e por isso em ruínas? Brown (2019, p. 228) diz:

A nação, a família, a propriedade e as tradições que reproduzem privilégios raciais e de gênero, feridas de morte pela desindustrialização pela razão neoliberal, pela globalização, pelas tecnologias digitais e pelo niilismo são reduzidas a resquícios afetivos. Até agora, esses resquícios foram ativados predominantemente pela direita. Que tipos de visão e crítica políticas de esquerda podem atingi-los e transformá-los?

São precisamente algumas dessas críticas que trataremos na próxima seção, onde discutimos as propostas políticas do comum, a partir das leituras de Pierre Dardot e Christian Laval (2017).

Habitar a política do comum

Após essas reflexões sobre o neoliberalismo, parece não haver saída, não haver esperança diante desse horizonte sombrio. Contudo, Foucault (2010) também nos lembra que o sujeito não está reduzido ao *homo economicus*, que a totalidade de tal sujeito não pode ser sintetizada no *homo economicus*, há, portanto, vários aspectos que escapam a governamentalidade neoliberal. Artur Escobar (2015) diz que existem inúmeras manifestações políticas e econômicas no mundo que não se reduzem a lógica do capitalismo. Mas não enxergamos e nem valorizamos tais práticas por que estamos acostumados e encantados com a lógica hegemônica, e a lógica hegemônica é neoliberal.

Mas como produzir alternativas a hegemonia neoliberal? Como identificar nas lutas atuais um princípio comum de oposição ao avanço das ações neoliberais? E aqui refazemos a nossa pergunta fundamental: quais são as possibilidades de produzir políticas do comum quando tudo nos convida ao individualismo, a concorrência, a violência e a compartimentalização? Somados a esse convite, há o claro objetivo de se tomar posse (em nome das exigências do mercado e da economia) de todos os recursos necessários à vida, dispostos, em princípio, para todos: espaços públicos comuns, meios naturais entre outros.

Dardot e Laval (2017) indicam algumas pistas na obra “Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI”. A primeira delas, entendemos, aponta para a necessidade de reconhecimento da urgência do tempo, ou seja, de admitir-se que é chegada a hora de identificar as lutas dos dias atuais contra o capitalismo, nos termos destes autores: “[...] produzir visões novas sobre o além do capitalismo, pensar as condições e as formas possíveis do agir comum, esclarecer os princípios que podem orientar as lutas, unir as práticas dispersas à forma que uma nova instituição geral das sociedades poderia assumir” (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 17). Portanto, é anunciado essa inevitabilidade de reconhecimento e de constituição do comum, de políticas do comum, como revolução, como mudanças de caráter imediato. Sobre esse processo de identificação, Maria Lugones (2014) fala da importância de não apenas identificar o fenômeno com o qual se está trabalhando e refletindo, mas também ela nos traz a noção de *enxergar* – no caso específico por ela trabalhado, tratava-se da necessidade de enxergar a colonialidade de gênero – para assim melhor enfrentar aquilo que se opõe. Certamente só se identifica aquilo que se enxerga, entretanto, o que Maria Lugones aponta é a possibilidade (preferível) de enxergar sem necessariamente compartimentalizar o visível/perceptível.

Para Dardot e Laval é fundamental entender o significado do comum. O comum seria uma forma de fazer frente a um sistema econômico que, na sua versão atual, preconiza o melhor dos mundos possíveis a partir da superexploração dos recursos naturais, da liberdade dos mercados, das privatizações de empresas estatais, da restrição às interferências do Estado na economia, na extinção e desregulamentação das leis trabalhistas, na posse privada de todos os aspectos da vida, como já é de conhecimento geral. Nesta acepção, o termo “comum” qualifica uma nova maneira de oposição ao capitalismo, na sua versão atual neoliberal. Os autores localizam o comum há duas décadas em movimentos sociais altermundistas e ecologistas, por exemplo, e em correntes de pensamento, cujos objetivos, no uso desse conceito, giram em torno da busca de alternativas políticas ao neoliberalismo. Em entrevista, diz os autores:

Essa nova razão política que chamamos de “razão do comum” só pode se constituir a partir de “situações do comum”, sobre

as quais é preciso trabalhar e criar ativamente. Essa criação não pode ser obra do governo como instituição; ela só pode se dar por meio do trabalho coletivo, engajando todos que participam na coprodução de novas regras ou normas. Este é para nós o sentido profundo do “comum” como princípio político (DARDOT e LAVAL, *apud* ANDRADE e OTA, 2015, p. 295).

A proposta de Dardot e Laval por uma política do comum é exigente de uma gramática e de um vocabulário próprios. Se para o neoliberalismo palavras como competitividade, especulação, empreendedorismo, sujeito-empresa, eficiência e eficácia individual, por exemplo, lhes são constituintes; vê-se emergir na razão do comum, noções relativas a necessárias ressignificações da esfera coletiva. Assim, palavras como reviravolta, revolução, mudanças nas instituições, desestabilizações do estado das coisas atuais, transformações radicais orientam as formas de interpretar e se conduzir implicada com essa proposta de viver uma política do comum. Nessa acepção, o “comum” é atribuído a um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que visam enfrentar o neoliberalismo. Os autores identificam as manifestações por emancipação dos anos 1970 como práticas contestatórias a favor de um bem comum, cujos efeitos são chegaram ao nosso tempo. Podemos incluir aqui a luta atual de diversas organizações de favelas contra “a sociabilidade violenta”⁸, nos termos de Machado da Silva, a qual elas estão expostas⁹.

Outro exemplo de manifestações a favor da política do comum, podem ser encontradas em Monteiro e Greiner (2020) que nos convidam a pensar o comum como ação social, perguntando como encontrar espaços de agência para além da dicotomia da lógica do mercado e da lógica do Estado. Para isso, os autores nos apresentam exemplos de manifestações culturais brasileiras cujas condições de viabilidade não se reduziram às agendas orçamentárias institucionais. Com o apoio da comunidade, tais manifestações aconteceram mesmo com a ausência de

8 Ver: MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: Por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. **Sociedade e Estado**, V. 19, n. 1, pp. 53-84, 2004.

9 Ver, por exemplo: <https://www.conectas.org/noticias/entenda-as-razoes-que-levaram-o-stf-a-regular-operacoes-policiais-em-favelas-do-rio>. Acesso em 2 Dez. 2020.

recursos adequados do Mercado e do Estado. Um aspecto importante dessa ação é o fato dela não se limitar a promover apenas o espetáculo e o acesso ao público, mas também se organizar (no sentido forte do termo) com o próprio público-participante. Os autores destacaram a importância da relação com a alteridade na constituição da ação comum. Isso porque a multiplicidade que habita a comunidade foi constitutiva da forma que a manifestação cultural assumiu e da sua continuidade com seus arranjos diversos. Desse modo, não basta habitar a política da identidade que compartimentaliza uma ação social. A política do comum nos impele a olhar para a alteridade e com ela agir.

Retornando a Marielle Franco, Carla Rodrigues e Tássia Áquila Vieira (2020) desenvolveram, a partir de Butler e Agamben, a ideia da função política do luto por Marielle Franco como uma dupla manifestação de reconhecimento ocorrida através da mistura entre “formas oficiais de luto” (Marielle foi velada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro) e “formas espontâneas de luto” (aconteceram velórios voluntários em várias cidades brasileiras e internacionais). Tais mobilizações deram corpo aos sentimentos de revolta, tristeza, solidariedade e indignação que se juntaram a um sentido de comunidade por meio de diferentes configurações, simbolizando a dor da perda e a retomada das lutas que Marielle representava. Em decorrência disso, uma rede de lutas materializou-se através de várias ações organizadas pelo Instituto Marielle Franco, Redes da Maré, Covid na Favela, entre outros movimentos que mantêm vivas a memória e as lutas de Marielle. As autoras também argumentaram sobre a desigual distribuição do luto político que distingue quem é ou não enlutável. Desse modo, o duplo reconhecimento da perda de Marielle Franco representou a possibilidade política de valorização de “outras tantas vidas de mulheres, negras, moradoras de favela, que têm sido assassinadas sem direito a luto público, mantendo a perda restrita ao ambiente familiar e mantendo também a possibilidade de reconhecimento da vida perdida” (RODRIGUES e VIEIRA, 2020, p. 139). Isso porque, as mulheres que estavam velando Marielle Franco também reivindicam para si um valor para as suas vidas e, em consequência, um valor para as suas mortes, como argumentam as autoras. Contudo, afirmam as autoras: “o que a execução de Marielle pretendeu dizer às pessoas negras e

moradoras de favela que não é possível ou aceitável que saiam da sua condição de vida matável” (RODRIGUES e VIEIRA, 2020, p. 142).

Nesse momento, somos convocadas a habitar o paradoxo que a ambiguidade da luta mobiliza. A morte de Marielle Franco movimentou um luto coletivo não apenas pela indignação concernente a brutalidade de seu assassinato, mas também porque a vida de Marielle foi qualificada pela intensa participação social e política que ela levou a cabo. Ou seja, a vida considerada desqualificada (mulher negra, lésbica, mãe solteira, moradora da favela) passou a ser considerada qualificada pelas ações sociais por ela praticadas, sobretudo, relacionadas a luta pelos Direitos Humanos. Fato que nos leva a questionar que a vida não tem valor em si, isto é a vida não é um bem, mas um valor que sofre das heranças de sua história e das disputas morais de seu contexto. Valor este que se vê interpelado a partir da forma como a história é contada. O valor de uma vida não deveria depender do ponto de vista de quem a está contado. Como seria pensar a vida como um bem? Como seria pensar a vida como um bem comum? Talvez, se se considerar a vida um bem, ela não ficaria a mercê do enquadramento.

Apontamos, por fim, questões para uma próxima agenda de pesquisa: impressiona a participação e o êxito de uma juventude negra, feminista, LGBTQ+ nas últimas eleições, com pautas antirracistas, anti-misóginas e anti-homofóbicas de modo que estaríamos visibilizando os efeitos das cotas nas universidades, da constituição de espaços comuns, das sementes de Marielle Franco?

Referências

ANDRADE, D. P.; OTA, N. K. Uma alternativa ao neoliberalismo. Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. **Tempo Social**, v. 27, nº 1, pp. 275-316, 2015.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, J. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, pp. 155-167, 2002.

BUTLER, J. Corpos que pesam. In: LOURO, G. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 153-172, 1999.

DARDOT, P; LAVAL, C. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, pp. 133-168, 2015.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010.

FRANCO, M. **UPP – A redução da favela a três letras**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

FRANCO, M. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: BUENNO, W.; BURIGO, J.; PINHEIRO-MACHADO, R.; SOLANO, E. **Tem Saída? Ensaios Críticos sobre o Brasil**. Editora Zouk: Porto Alegre, 2017. Pp. 89-95.

FRANCO, M. **UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro**. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro, UFF, 2014.

LOPEZ, C. G. *As fake news e o Estado pós-democrático de direito: desafios à proteção de defensoras e defensores de direitos de dignidade*. **Dignidade Re-Vista**, v. 4, n. 7, pp. 16-32, 2019.

LORDE, A. **A transformação do silêncio em linguagem e ação**. Portal Geledés, 2015.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, pp. 935-952, 2014.

MONTEIRO, R. S.; GREINER, C. O Comum como Ação Cultural: novos arranjos para uma política da cultura. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, v. 10, n. 2. e94611, 2020.

RODRIGUES, C.; VIEIRA, T. Á. A função política do luto por Marielle Franco. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 2, pp. 134-150, 2020.

SILVA, L. A. M.; MENEZES, P. V. (Des)continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. **Novos Estudos Cebrap**, v. 38, n. 3, pp. 529-551, 2019.

WOOLF, V. **Mrs. Dalloway**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.